

21  
20

**Reunião Ordinária** – Ata nº 18/2014

**Data** – 2014-09-10

**Início** – 09.30 horas

**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo** – 11.45 horas

**Presenças:**

**Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

**Vereadores** João Carlos Caseiro Gomes  
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão  
Manuel Jorge Séneca da Luz Valamatos Reis  
Luís Filipe Correia Dias  
Luís Nuno Ablú Dias (em substituição)  
Avelino Manuel Conceição Manana

**Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização** – Catarina Alexandra Justino Santos



**Falta:** Não esteve presente, por motivos profissionais, a vereadora, Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório.



Resumo Diário da Tesouraria de 09-09-2014:

a) Dotações Orçamentais ..... €7.321.340,16  
b) Dotações não Orçamentais ..... €155.722,44

Total das Disponibilidades ..... €7.477.062,60



Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, a vereadora eleita pelo Partido Social Democrata, Elza Rufina Afonso de Jesus Vitório, manifestou à Presidente da Câmara, previamente à reunião, a sua vontade de se fazer substituir pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata apresentada às Eleições Autárquicas de 2013, Luís Nuno Ablú Dias.

Desta forma, dando cumprimento ao previsto nos artigos 78º e 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, verificando-

Cl

CS

-se que Luís Nuno Ablú Dias se encontrava no edifício dos Paços do Concelho, foi o mesmo convocado e, não tendo recusado a substituição, passou a tomar parte da reunião.



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram nove horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do vereador Luís Nuno Ablú Dias, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



## **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

### **PRESIDENTE DA CÂMARA**

A Presidente da Câmara deu conhecimento de que a empresa Papetarget, S.A. (Papeleria Fernandes) foi distinguida pelo IAPMEI, pela qualidade do seu desempenho e perfil de risco, como PME Líder 2014.

Disse ainda que esta empresa tem sede em Abrantes, embora a sua atividade principal seja em Lisboa, e que é uma referência a nível nacional.

Mais referiu ter a Papetarget SA, informado que se encontra em vias de adquirir um estabelecimento comercial em plena cidade de Abrantes, que poderá contribuir de forma significativa para extensão do seu negócio a toda a região.

### **Tomado conhecimento.**



Em seguida, a Presidente da Câmara deu conta das estatísticas globais do Transporte a Pedido no concelho de Abrantes, no período de 26 de maio a 31 de agosto de 2014, referindo, genericamente, que 43% dos dias tiveram reservas, que foram transportados 62 passageiros, utilizadas 13 paragens e realizados 563 km.

Acrescentou que estes números são ainda muitos baixos, quando comparados com Mação, porque o Transporte a Pedido em Abrantes foi implementado ainda muito recentemente. Por isso a autarquia está a fazer um esforço no sentido de divulgar o mais possível esta oferta junto da população, para que o possa utilizar de forma mais eficiente.

### **Tomado conhecimento.**

21

A Presidente da Câmara informou que na próxima sexta-feira, dia 12 de setembro, tomarão posse dois médicos de nacionalidade cubana que irão desempenhar funções no Centro de Saúde de Abrantes.

Seria expeável ser o próprio ministério a criar as condições para a receção destes médicos, mas o ónus foi passado para a autarquia, já que foi confrontada com a necessidade de alojar estes médicos que ficarão provisoriamente instalados na residência artística.

Aproveitou para informar que na extensão de saúde de Tramagal já está em funções também uma médica para fazer face às necessidades daquela comunidade.

Disse ainda que este reforço no número de médicos ainda não é suficiente para uma boa prestação de cuidados de saúde primários à população do concelho, uma vez que uma fatia de mais de 40% da população não tem médico de família estando sem acesso a este direito fundamental.

### **Tomado conhecimento.**



Referiu-se também ao início do ano escolar 2014/2015. No dia 12 de setembro será o arranque oficial do ano escolar com a receção dos alunos e a realização de reuniões. As aulas iniciar-se-ão no dia 15 de setembro, segunda-feira.

Prestou alguma informação sobre o Projeto Educativo Municipal e sobre a revisão da Carta Educativa em curso.

Referiu-se também à transferência de competências na área de educação. Disse que a autarquia solicitou ao Ministério da Educação alguns esclarecimentos, sobre os quais ainda não obteve resposta.

Por isso, pediu compreensão ao vereador da CDU por não ter sido agendada a sua proposta sobre a municipalização do ensino. Logo que sejam prestados esses esclarecimentos e obtida mais informação, a proposta será colocada à discussão na ordem de trabalhos da reunião de câmara.

Aproveitou para dar a conhecer alguns dados relativos a:

- Parque escolar, alunos e sua distribuição por ciclos e por agrupamentos/escolas;
- Auxílios económicos, atividades de apoio à família e atividades de enriquecimento curricular;
- Refeições e transportes escolares;
- Bolsas de estudo e prémios de mérito.

O vereador Avelino Manana disse compreender que ainda não existem dados suficientes para uma discussão frutuosa sobre a matéria da municipalização do ensino, mas que a questão tem várias outras facetas importantes para o concelho de Abrantes e também para o país. Salientou a urgência na discussão do assunto.

21

A Presidente da Câmara referiu que a proposta neste momento, apenas poderá ser discutida do ponto de vista ideológico, i.e., sobre o conceito lato da municipalização da Educação. A discussão concreta sobre as condições que irão ser dadas aos municípios para efetuar essa gestão apenas poderá ser discutida quando for recebida a informação solicitada ao Ministério da Educação.



A Presidente da Câmara propôs que a próxima reunião de câmara, agendada para o dia 23 de setembro, se realizasse no dia 24 de setembro, à mesma hora, uma vez que, compromissos de agenda a impedem de estar presente nesse dia.

Sugeriu ainda a realização de uma reunião extraordinária no próximo dia 17 de outubro, pelas 14:30h, para aprovação do orçamento e das opções do plano, por forma a dar cumprimento ao previsto na lei relativamente ao envio dos documentos à Assembleia Municipal.

Todos os presentes manifestaram a sua concordância relativamente à alteração da data da reunião e à realização de reunião extraordinária, considerando-se, desde já, convocados, pelo que deverá proceder-se à necessária publicitação.



### **VEREADOR JOÃO GOMES**

O vereador João Gomes fez mais um ponto situação relativamente às obras na ponte rodoviária sobre o rio tejo, referindo que tudo decorre conforme previsto.

A Rodoviária do Tejo que irá fazer alguns ajustes aos horários, no início do ano escolar, de forma a minimizar os constrangimentos que eventualmente venham a ser sentidos.

### **Tomado conhecimento.**



O vereador João Gomes fez alusão à realização Color Run & Dance no próximo dia 13 de agosto, sábado, no Centro Histórico, sendo uma iniciativa da ACAL – Associação Centro Comercial ao Ar Livre. O trajeto pode ser feito em corrida ou a andar e os participantes serão recebidos em 3 pontos com “banhos de cor”.

### **Tomado conhecimento.**

el

OK

### **VEREADORA CELESTE SIMÃO**

A vereadora Celeste Simão, no seguimento da cessação de funções do até então presidente da Comissão de Proteção e Crianças e Jovens de Abrantes, Dr. José Gomes, no passado dia 21 de julho, nos termos do artigo 26º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, informou que, no dia 8 de setembro, teve lugar uma reunião de Plenário da Comissão, na qual foi eleito o Presidente, Professor Vitor Figueiredo, representante do Ministério da Educação e nomeada Secretária, Dra. Ana Ribeiro, elemento cooptado. - 188408

**Tomado conhecimento.**



### **VEREADOR MANUEL VALAMATOS**

O vereador Manuel Jorge Valamatos deu conta de que recentemente uma ação solidária promovida pela empresa de consultoria Ernest & Young, que consistiu na realização de uma intervenção no Patronato Santa Isabel e que envolveu cerca de 130 jovens participantes. Referiu que a iniciativa decorreu muito bem e que o resultado agradou a todos.

**Tomado conhecimento.**



### **ORDEM DO DIA**

(artigo 53º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

**Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** deu conta de um ofício enviado pela Câmara Municipal da Sertã, a agradecer a participação da Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, no 4º Festival de Gastronomia do Maranhão. - 183768

**Tomado conhecimento.**



**Nº 02 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** deu conta de um ofício enviado pela Associação Envolve, a agradecer a colaboração, o empenho e a dedicação da Câmara Municipal, na pessoa da Presidente da Câmara, na organização do projeto "II Cruzeiro Religioso dos Avieiros do Tejo". - 184458

**Tomado conhecimento.**

el

OK

**Nº 03 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara**, deu conta do documento síntese de apresentação da atividade desenvolvida pela Tagusvalley – Tecnopolo do Vale do Tejo, dando resposta ao solicitado pelos vereadores, Avelino Manana e Elza Vitório. – 187233

**Tomado conhecimento.**



**Nº 04 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência do pedido da ACCAL – Associação Centro Comercial Ar Livre, a solicitar a colaboração da Câmara Municipal na iniciativa Color Run & Dance, a realizar no próximo dia 13 de setembro de 2014, no Centro Histórico de Abrantes, designadamente, montagem de palco na Praça Barão da Batalha, montagem de placard de palco usado no Desfile de Moda Infantil, conceção da imagem do evento, impressão de cartazes (300) e flyers (1000); conceção de autocolante (vinil) para placard de palco, conceção de placards de sinalização, conceção e impressão de fichas de inscrição, divulgação do evento nos meios de comunicação próprios, colaboração do serviço de trânsito no acompanhamento da atividade; colocação de caixotes do lixo na Praça Barão da Batalha e a cedência de mesas/cadeiras para apoio ao secretariado. – 186566

O vereador Avelino Manana disse que, apesar de nada ter contra o evento, já oportunamente se manifestou contra este tipo de apoio. A Câmara Municipal é socia fundadora, mas a associação tem outros sócios. Não conhece o montante que está envolvido neste apoio, mas parece, à primeira vista, que as despesas são todas suportadas pela autarquia.

A Presidente da Câmara esclareceu que efetivamente este apoio acarreta custos, nomeadamente algum material e, principalmente, recursos humanos.

Esta iniciativa, que se faz um pouco todo o país, poderia ter sido levada a afeito numa organização exclusiva da Câmara Municipal, contudo, entendeu-se que seria uma mais valia o envolvimento dos comerciantes do Centro Histórico.

O vereador João Gomes esclareceu que estão envolvidos, enquanto patrocinadores, 19 comerciantes do Centro Histórico. O trabalho na organização do evento é voluntário, mas existem outras despesas que serão suportadas pela própria ACCAL – Associação Centro Comercial Ar Livre. Referiu-se, nomeadamente, a despesas com mais divulgação, com a aquisição de t-shirts e kits para os participantes, etc. A atividade tem um custo de inscrição, que se espera ser suficiente para suportar as despesas.

Por sugestão da Presidente da Câmara, o vereador João Gomes disponibilizou-se a, no final do evento apresentar um documento com as contas do evento.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o apoio solicitado.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

21

OK

**Nº 05 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, proposta de Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terreno, o qual obteve parecer favorável em reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, de 25 de junho de 2014. - 183808

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida proposta de regulamento e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



**Nº 06 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, proposta de condicionamento de horário no acesso a caminhos rurais na freguesia de Tramagal, no período das 19 horas às 07 horas, exceto veículos devidamente autorizados - 185630

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, no uso da competência prevista no artigo, nº 1, alínea ee) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo do disposto no artigo 9º, nº 1 do Código da Estrada.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.



**Nº 07 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação a informação dos serviços jurídicos, que na sequência da aquisição de Unidades de Participação Tagusvalley, no valor de 350.000€, deliberada em 20 de Junho de 2014, pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, considerando o disposto na alínea n), do nº 1 artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos artigos 53º e 56º nº 3 da Lei 50/2012 de 31 de agosto, informa que não foi feita menção expressa dos estudos que justificam a aquisição de unidades de participação pelo município de Abrantes, pelo que anexa os respetivos documentos que fundamentam esta decisão, nomeadamente: "Tecnopolo do Vale do Tejo LINE. IPT – Laboratórios de Inovação Industrial e Empresarial" e "TAGUSVALLEY – Tecnopolo do Vale do Tejo Documento síntese de apresentação atividade desenvolvida".

Mais refere que, no âmbito do processo de análise e aprovação da candidatura pelo "Programa Mais Centro" foi elaborado e aprovado documento com cálculo de deficit de financiamento, no qual foi demonstrada a viabilidade económico-financeira do investimento, que anexa. Decorrente da sua aprovação pelo Mais Centro, considerou-se previamente satisfeita a necessária exigência do estudo de viabilidade económico-financeira. Frisa ainda que os estudos são os que suportam a candidatura, aliás anteriores à deliberação da AM.

Acrescenta ainda a referida informação interna que o Município de Abrantes não carece de ter um serviço específico para esta área, própria das suas atribuições (artº 23º nº 2 al. m) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), em razão de ser desenvolvida de forma especializada, por recurso à via associativa. Ora, nos termos do artigo 2º dos Estatutos, "a Associação tem por

cl

cl

*objecto a gestão e a exploração do Tecnopólo do vale do Tejo, nomeadamente assegurando a respectiva instalação e a construção de infra-estruturas; promovendo a divulgação e o funcionamento do Tecnopólo; desenvolvendo estudos, actividades, projectos de inovação, empreendedorismo, incubação empresarial e de desenvolvimento tecnológico." E nos termos do artigo 3º são atribuições, nomeadamente, "a) Prestação de serviços de inovação, incubação empresarial, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo; b) captação e mobilização de empresas para localização no Tecnopólo" - 187724*

**Deliberação:** por unanimidade, em aditamento às deliberações da Câmara Municipal de 3 de junho de 2014 e da Assembleia Municipal de 20 de junho de 2014, aprovar os fundamentos da aquisição de unidades de participação de Tagusvalley, no montante de 350.000,00€ (70 unidades de participação), decorrentes dos mencionados estudos e esclarecimentos ora efetuados e reconhecer o interesse público na aquisição das unidades de participação.

Remeter à Assembleia Municipal para aprovação da aquisição de unidades de participação.



## **Divisão Administrativa e de Modernização**

**Nº 08 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 02 de setembro de 2014, que remete para aprovação, listagem dos pedidos de dispensa de pagamento das taxas de licenciamento de eventos culturais/desportivos/tradicionais apresentados no mês de agosto de 2014, que ainda não foram objeto de deliberação e que totalizam o valor de 527,08€ (quinhentos e vinte e sete euros e oito centimos).

Mais informa que, analisado cada pedido, verificou-se que todos os requerentes se enquadram no tipo de entidades previstas no artigo 10º do Regulamento de Taxas e Licenças e que se encontram cumpridos os requisitos previstos no artigo 13º do mesmo Regulamento. Também se verifica que nenhum dos requerentes tem dívidas ao Município à data de 29 de agosto de 2014. - 183658

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 527,08€ (quinhentos e vinte e sete euros e oito centimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização.

Informar as requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



el

✓

**Nº 09 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, na sequência do pedido apresentado pela Associação de Solidariedade Social Pró-Cultural Professor Silva Leitão, de Bemposta, Abrantes, para a cedência de terrenos em Bemposta com o propósito de explorar os mesmos e obter algum rendimento para apoio à gestão das valências em funcionamento na associação, nomeadamente Centro de Dia, Apoio Domiciliário e ATL. – 149830

**Deliberação:** Por unanimidade, ceder o prédio rústico 17 da Secção E da freguesia de Bemposta e o prédio rústico 13 AB1 da freguesia de S. Facundo em regime de comodato à Associação de Solidariedade Social Pró-Cultural Professor Silva Leitão, pelo período de 10 anos, renovável por períodos de 5 anos, nos termos e com os fundamentos nas informações que constam no processo, nomeadamente da Sub-Unidade Orgânica de Contencioso, Notariado e Contratos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 3 de setembro de 2014, na sequência do pedido da empresa VDF Vale de Ferreiros, Agro-Turismo, Lda, a solicitar a colocação de placas de sinalização identificativas da sua atividade (turismo rural e centro equestre) na freguesia de Pego, junto à EN 118, em Abrantes. - 169882

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a colocação das referidas placas de sinalização, nos termos do artigo 43º do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Afixação de Publicidade no Município de Abrantes (ROEPAPMA), tendo em conta que as placas são imprescindíveis à identificação da atividade económica e por se tratar de uma unidade relevante nos domínios turístico, cultural e desportivo.



**Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação a aquisição do Prédio rústico, sito em Ramalhais, na extinta freguesia de Alferrarede, atualmente União de Freguesias de Abrantes (S. Vicente e S. João) e Alferrarede, inscrito na matriz sob o artigo 7 da secção U, descrito na Conservatória do Registo Predial de Abrantes sob o número 01073/060594, a Pedro Barata Tovar, pelo valor de 1.000.000€ (um milhão de euros), sendo o referido prédio destinado à ampliação da zona sul do parque industrial de Abrantes. – 186713

Os vereadores Avelino Manana e Luís Ablú apresentaram algumas questões, nomeadamente sobre a necessidade de ampliação do Parque Industrial de Abrantes e sobre o valor da aquisição, por ser superior ao valor apurado pela Comissão de Avaliação de Imóveis.

A Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos referindo que os poucos lotes ainda disponíveis são de reduzida dimensão, pelo que a ampliação se mostra necessária para potenciar a atratividade de novos investimento para o concelho. Quanto ao valor, disse que inicialmente

21

OK

foi proposta a aquisição pelo valor da avaliação, contudo, o proprietário não o aceitou e contrapropôs um valor superior. Este foi o valor final, em resultado das devidas negociações com o proprietário.

**Deliberação:** Por maioria, com o voto contra do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, e com a abstenção do vereador eleito pelo PSD, Luís Ablú Dias, aprovar o memorando que consta do processo e a minuta da escritura do contrato promessa de compra e venda, sujeita ainda à introdução de melhor identificação do prédio, em função da atualização dos registos que o vendedor está a levar a efeito, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para proceder à sua assinatura.

Remeter à Assembleia Municipal para autorização da aquisição, nos termos da alínea i) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Submeter igualmente à autorização da Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do estatuído nos nº 1 e 6 do artº 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, conjugado com a al. f) do nº 1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

O vereador Avelino Manana apresentou a seguinte declaração de voto:

*"Existe uma diferença que achamos exagerada, entre o valor da avaliação, o valor da proposta inicial da Câmara (com a qual concordamos) e o valor final proposto.  
Não concordamos com as condições expostas no ponto 6, onde é dito que o proprietário desconhece a dimensão exata do terreno."*



**Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência da aprovação do protocolo relativo à criação efetiva de Unidade de Saúde Familiar em Abrantes, a celebrar entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT), e o Município de Abrantes e do Regulamento de Atribuição de Incentivos Financeiros a Médicos, a ARSLVT remeteu nova versão do protocolo, sobre a qual foi solicitado parecer ao consultor jurídico Dr. Montalvo - ressaltando-se dessas alterações o número de utentes inscritos ou unidades ponderadas por médico na Unidade de Saúde Familiar, as entidades signatárias por parte da Administração Central, e a não referência a montante expresso do valor do incentivo no protocolo. Em face da nova versão do protocolo, e da terminologia aconselhada pelo Dr. Montalvo, impõe-se alteração ao regulamento de incentivos aos médicos, oportunamente aprovado. - 183771

**Proposta de Deliberação:** por maioria, com o voto contra do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, aprovar a alteração à minuta de protocolo a celebrar entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (ARSLVT), e o Município de Abrantes, em ordem à criação

e1

ck

efetiva de Unidade de Saúde Familiar em Abrantes, e o Regulamento de Atribuição de Incentivos Financeiros a Médicos, remetendo-se este último à aprovação da Assembleia Municipal.

O vereador Avelino Manana disse que o seu voto vai de encontro ao que tem vindo a referir relativamente a esta matéria, ou seja que a CDU entende que compete ao Ministério da Saúde resolver as situações de carências de cuidados de saúde.



## **Divisão Financeira**

**Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, referente à Política Fiscal para 2015, designadamente, propostas de taxas de IMI, Derrama e IRS: - 187391

*"A política fiscal municipal:*

- Faz parte e deve estar ao serviço das ações estratégicas de desenvolvimento para o concelho, extravasando assim a ótica mais restrita de um mero meio de obtenção de receita para o Município;*
- Deve ser estável e previsível para enquadrar eficazmente as decisões das famílias, dos agentes económicos e do próprio Município, evitando a falta de consistência dos sinais emitidos e a incerteza gerada por uma prática de alterações recorrentes;*
- Deve ser complementada pela ação de outros instrumentos de política, mitigando as limitações das competências municipais nesta matéria e, em muitos casos, a sua menor capacidade para atingir os objetivos visados com maior eficácia e eficiência.*

*Assim, considerando:*

- O grau de rigidez da despesa corrente;*
- Que nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (nova Lei das Finanças Locais), particularmente, do nº 2 do seu artº 40º, terá de ser maior o esforço a efetuar em termos orçamentais, "ex ante" e durante a execução, para assegurar o equilíbrio orçamental, nomeadamente, a existência de saldo corrente passa agora a ter de assegurar as amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, antes cobertas pela receita de capital;*
- A obrigatoriedade de capitalização do FAM pelos Municípios, nos termos do artº 17º da Lei nº 54/2014, de 25 de agosto;*
- O objetivo de manter a estabilidade financeira do Município;*
- A necessidade de concluir os investimentos em curso e de cumprir os compromissos financeiros já assumidos com fornecedores e instituições;*
- Que se mantêm as incertezas sobre as condições de acesso a financiamentos no próximo quadro de programação "Estratégia 2020";*
- A necessidade de iniciar a execução dos projetos previstos no novo Plano Estratégico de Abrantes, o qual prevê a concretização de ações e projetos estruturantes para desenvolvimento sustentável do concelho;*

el  
W

- A importância de manter o funcionamento dos equipamentos e infraestruturas e a qualidade dos serviços prestados aos munícipes;
- O conjunto de ações e instrumentos de política fiscal e não fiscal de apoio às famílias e à iniciativa empresarial, que se encontram em curso ou em desenvolvimento,

*Propõe-se:*

1. Imposto Municipal sobre Imóveis - nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e no cumprimento do estipulado nas alíneas b) e c) no nº 1 do artº 112º do CIMI, alterado pela Lei nº 64-B/2011, de 31 de dezembro (LOE 2012), propõe-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal fixar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorarem no ano 2015, sem prejuízo do disposto no artº 112º do CIMI, na redacção conferida pela Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro, quanto aos Prédios Devolutos:

a) a incidir sobre Prédios Urbanos – 0,7%

b) a incidir sobre Prédios Urbanos Avaliados – 0,4%

Os montantes serão liquidados em 2013, com base nos valores patrimoniais tributários dos prédios que constem das matrizes em 31 de Dezembro de 2014, ano a que respeita o referido imposto.

2. Imposto Municipal de Derrama - O disposto na alínea d) do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal fixar as seguintes taxas de Derrama, nos termos do nº 1 e do nº 4 do artº 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro:

- Lançamento de derrama sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), fixando-se o montante em 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC), para sujeitos passivos com um volume de negócios que ultrapasse os 150.000,00€;
- Lançamento de uma derrama reduzida, sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), fixando-se o montante em 1,25% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC), para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000,00€.

3. Participação variável no Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS) - O disposto no nº 2 do artº 20º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, sugere-se que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal que delibere fixar em 4,5% a participação variável no IRS a liquidar em 2015, com referência aos rendimentos dos munícipes do ano 2014.”

**Deliberação:** Por maioria, com o voto contra do vereador eleito pelo PSD, Luís Ablú Dias, aprovar as propostas da Presidente da Câmara relativamente à fixação das taxas de IMI, de Derrama a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Por maioria, com os votos contra do vereador eleito pelo PSD, Luís Ablú Dias, e do vereador eleito pela CDU, Avelino Manana, aprovar a proposta da Presidente da Câmara relativa à participação variável no IRS foi aprovada por maioria, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Mais foi deliberado, por maioria, com os votos da Presidente da Câmara e dos vereadores João Gomes, Celeste Simão, Manuel Valamatos e Luís Dias, rejeitar as propostas apresentadas pelos vereadores Luís Ablú Dias e Avelino Manana, que constam das declarações de voto que a seguir se transcrevem.

O vereador Luís Ablú Dias apresentou a seguinte declaração de voto:

*"Aos impostos à qual a taxa é decisão do Município, achando que e uma das poucas ferramentas que tem ao seu dispor para poder aliviar os munícipes e empresas das cargas fiscais já por si elevadas pela condição a que chegamos a nível nacional e ao mesmo tempo dar um sinal aos agentes económicos que se pretende atrair para o concelho mais população e empresas e sendo consequente com a estabilidade financeira da Autarquia, propomos as seguintes taxas para o ano 2015:*

*IMI*

*Prédios Urbanos não avaliados — 0.6%*

*Prédios Urbanos avaliados — 0.3%*

*DERRAMA*

*Volume de negócios (€) Taxa de Derrama*

*Ate 150.000,00€ 1%*

*De 150.000,00€ ate 500.000,00€ 1.25%*

*Acima de 500.000,00€ 1.5%*

*PARTICIPACAO VARIABEL NO IRS*

*Taxa de 4% (Devolução de 1% aos munícipes)*

*Para os agregados familiares com rendimentos anuais inferiores a 20.000,00€ ou com mais de dois dependentes a taxa proposta e de 3%. (Devolução de 2% aos munícipes).*

*Pelo exposto e não tendo sido aprovadas as propostas apresentadas, o vereador em substituição eleito pelo PSD, vota contra este ponto da Ordem de Trabalhos."*

O vereador Avelino Manana apresentou a seguinte declaração de voto:

*"1) Apesar das distorções introduzidas quer pelo aumento da carga fiscal que tem sido imposto sobre os rendimentos do trabalho, quer pelo tratamento preferencial dado aos rendimentos do capital, o IRS continua ainda suscetível de poder traduzir princípios de solidariedade e de carga fiscal.*

*2) Constitucionalmente os municípios tem direito a participação nos recursos públicos, como é o caso do IRS. Contribui-se assim para a sustentabilidade financeira dos municípios como está determinado por lei.*

*3) Por isso, não faz qualquer sentido para a CDU que o desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras de cada município, da vontade política dos seus órgãos ou de meras opções demagógicas. Por isso a CDU vota desfavoravelmente a proposta de deliberação apresentada e, ao mesmo tempo apresenta uma proposta alternativa para a Participação Variável no IRS de 5%."*

el

OK

**Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação do Gabinete + Rua Regeneração Urbana, datada de 3 de setembro de 2014, remetendo para aprovação, Listagem de Imóveis Degradados, eventualmente sujeitos a majoração do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis no Centro Histórico de Abrantes. - 186710

O vereador Luís Ablú questionou a Presidente da Câmara sobre quais as medidas levadas a cabo para minimizar a existência de imóveis degradados.

A Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara Municipal tem notificado os proprietários para a realização de obras de conservação nos imóveis, ou quando possa colocar em causa a segurança das pessoas e dos bens, realiza as obras estritamente necessária, debitando depois o valor correspondente aos proprietários.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a listagem de imóveis degradados, para efeitos de majoração em 30% do valor do IMI, nos termos do artº 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e de acordo com a referida informação do Gabinete + Rua Regeneração Urbana.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



**Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 29 de agosto de 2014, que aprovou o pedido de parecer prévio vinculativo, referente à proposta para celebração de contrato misto de comodato e aquisição de serviços para "Utilização de Protótipo de Veículo Elétrico Ligeiro de Mercadorias, durante o período estipulado para testes de frota", com consulta à empresa Mitsubishi Motores de Portugal, S.A. e não Mitsubishi Fuso Truck Europe - Sociedade Europeia de Automóveis, S.A., como anteriormente foi aprovado. - 183753

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



## **Unidade Orgânica de Recursos Humanos**

**Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Unidade Orgânica de Recursos Humanos, datada de 03 de setembro de 2014, que remete para aprovação, o mapa de pessoal, que contempla as alterações ocorridas durante o ano 2014, bem como a mobilidade interna da Engª Luísa Espadinha que terminará a sua

el

OK

comissão de serviço em 26/10/2014, havendo interesse na sua permanência ao serviço da Autarquia. – 187123

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a alteração ao mapa de pessoal, nos termos da referida informação da Unidade Orgânica de Recursos Humanos e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



### **Divisão de Desporto, Cultura, Turismo, Museus e Património**

**Nº 17 - Para conhecimento, o Vereador Luís Dias,** deu conta de uma carta do Centro Social Juvenil Nossa Senhora da Esperança, a agradecer a possibilidade que foi dada aos utentes daquele Centro, de utilização da piscina municipal durante o mês de julho de 2014. - 185177

**Tomado conhecimento.**



**Nº 18 – Para conhecimento, o Vereador Luís Dias,** apresentou o resumo quinzenal dos diversos eventos, a levar a efeito de 09 a 22 de setembro do corrente ano, no âmbito do plano de atividades para 2014 dos serviços municipais para as áreas de desporto, cultura, turismo, museus e património, bibliotecas e arquivo e juventude. - 186950

**Tomado conhecimento.**



**Nº 19 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias,** na sequência do pedido da Federação Portuguesa de Futebol, a solicitar a cedência do Estádio Municipal de Abrantes e respetivas instalações de apoio, com isenção do pagamento das respetivas taxas, para a realização do jogo entre as Seleções Nacionais Femininas de Portugal e Bélgica, no próximo dia 17 de setembro de 2014, a contar para o apuramento do Campeonato do Mundo FIFA Canadá 2015. – 186130

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a cedência do estádio Municipal de Abrantes e respetivas instalações de apoio, com a dispensa do pagamento das respetivas taxas, no valor de 292,39€ (duzentos e noventa e dois euros e trinta e nove centavos, face à repercussão do evento e à importância e reconhecimento da escolha do Estádio Municipal para acolhimento de jogos internacionais pela Federação Portuguesa de Futebol e pela UEFA.

el  
OK

**Nº 20 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, remetendo para aprovação, o pedido da AJAF - Associação Juvenil Ação no Futuro, a solicitar a isenção das taxas devidas pela utilização do autocarro municipal, referente ao transporte de cerca de 20 crianças e jovens da zona norte do concelho de Abrantes, que participaram nas comemorações do Dia Internacional da Juventude. – 186744

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento de taxas, no valor total de 70,28€ (setenta euros e vinte e oito cêntimos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 21 - Proposta de Deliberação do Vereador Luís Dias**, remetendo para aprovação, o pedido do Clube Orientação e Aventura, a solicitar a isenção das taxas de cedência de um autocarro municipal, no âmbito do IV Trail Castelo de Abrantes realizado no dia 11 de maio de 2014. - 187080

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a dispensa do pagamento de taxas, no valor total de 75,73€ (setenta e cinco euros e setenta e três cêntimos).

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



### **Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo**

**Nº 22 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão**, remetendo para aprovação, relatório da atividade do Banco Social referente ao ano de 2013. – 74097

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido relatório.



**Nº 23 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão**, remetendo para aprovação, o Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, tendo em conta as alterações no contexto sócio económico e social conjugado com a aplicação do referido regulamento, que impõe uma revisão de forma a que o mesmo responda de forma mais eficaz às situações de vulnerabilidade das famílias. – 78348

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido regulamento e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



21

**Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 04 de setembro de 2014, que aprovou a adenda ao protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes, o Agrupamento de Escolas nº 2 de Abrantes e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB/JI António Torrado, referente à alteração do valor previsto para as atividades de enriquecimento curricular, passando o valor de 15.316,00€ para 18.480,00€, no que diz respeito ao ano letivo 2013/2014. - 186573

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



### Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas

**Nº 25 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara João Gomes,** referente à informação nº 144 da UOPE – Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 19 de agosto de 2014, acerca da conta final definitiva da empreitada de “Residência Artística – Rua de Sant’Ana – Abrantes” que se transcreve: - 185523

Valor da Adjudicação (Preço Contratual)	35.581,82€
Trabalhos Contratuais Realizados	35.581,82€
Total	35.581,82€

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da referida empreitada, elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



**Nº 26 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente à informação nº 147 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 27 de agosto de 2014, dando conta de um e-mail da sociedade comercial CIP – Construção, S.A., adjudicatária da empreitada de “Construção da Unidade de Saúde Familiar de Abrantes, a remeter cópia do contrato de subempreitada celebrado com a sociedade comercial Construções Cidade Nova do Marco, SA., possuidora do alvará nº 23914, válido até 31 de janeiro de 2015.

Nos termos do artigo 383.º do (CCP) é possível a existência de contratos desta natureza, até ao limite de 75% do valor da obra adjudicada, no caso em apreço não poderão ultrapassar o montante de 786.688,80€, tendo em consideração que esta foi adjudicada por 1.048.918,40€.

el  
OK

O adjudicatário, para o efeito, anexa a cópia do contrato de subempreitada, no montante de 20.000,00€, representando 1,91% do valor da adjudicação da empreitada, estando atualmente subempreitados trabalhos no valor de 26.269,34€, representando 2,5 %, do valor da adjudicação da empreitada, valor este inferior à percentagem legalmente definida, pelo que estão reunidas as condições para a entrada do subempreiteiro referenciado em obra.

Como não foram cumpridos todos os trâmites legais estabelecidos no artigo 385.º do CCP, deverá alertar-se a empresa adjudicatária, que no futuro deve, no prazo de 5 dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, comunicar esse facto por escrito, remetendo cópia do contrato em causa, devendo nessa comunicação fundamentar a decisão de recorrer à subempreitada e atestar a observância dos limites a que se referem os nºs 1 e 2 do artigo 383º, conforme determinam os nºs 3 e 4 do artigo 385.º do CCP. - 185975

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro referenciado em obra, de acordo com a referida informação nº 147 da UOPE - Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas, datada de 27 de agosto de 2014.

Dar conhecimento ao Coordenador de Segurança em Obra, para cumprimento do disposto no nº 5 do artigo 15.º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Unidade Orgânica Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



**Nº 27 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente à informação nº 150 da Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 02 de setembro de 2014, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de “Centro de Interpretação do Tejo Ibérico – Cais de Rio de Moinhos”, com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, a qual foi realizada em 14 de agosto de 2014.

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão encontram-se em condições de aceitação, pelo que se poderá nos termos do citado diploma, proceder à liberação faseada da caução.

Atendendo a que a Receção Provisória desta empreitada ocorreu em 22.12.2011, tendo decorrido 2 anos completos, poderá ser liberada 60% da mesma, no montante de 6.551,60€ do valor retido, relativo à garantia bancária nº 059.43.010349-5, da Caixa Económica Montepio Geral.

Após esta redução a referida garantia passará a ter o valor de 4.367,73€. - 182926

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 150 da UOPE – Unidade Orgânica de Projetos e Empreitadas, datada de 02 de setembro de 2014.

21  
C

## Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

**Nº 28 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 3 de setembro de 2014, remetendo para aprovação o relatório de ponderação do período de discussão pública relativo à revisão do Plano de Urbanização de Tramagal, salientando o facto de não ter havido participações nessa sede. - 23803

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o relatório de ponderação do período de discussão pública e proceder à sua divulgação, nos termos da referida informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Submeter à Assembleia Municipal para aprovação final, nos termos do nº 1 do Artigo 79º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.



**Nº 29 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 22 de agosto de 2014, acerca do pedido de alteração ao alvará de loteamento nº 16/93 (com os respetivos aditamentos), através da divisão do lote 51 em dois originando o lote 51 e o 51, sito na urbanização de Casais de Revelhos, Alferrarede, Abrantes, requerido por Construções J.V. Dias, Lda. - 174457

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar provisoriamente a alteração ao referido alvará de loteamento, no que diz respeito ao lote 51, que consiste na sua subdivisão em dois lotes e originando dessa forma o incremento de mais um fogo na urbanização, adquirindo assim, a numeração de Lote 51A e Lote 51B.

Face ao défice de áreas destinadas a espaços verdes de utilização coletiva (28m<sup>2</sup>), a equipamentos de utilização coletiva (35m<sup>2</sup>) e à necessária à criação de 2 (dois) espaços de estacionamento em função do incremento de mais um fogo pela presente operação urbanística, informar que a Câmara Municipal opta pela devida compensação em numerário, considerando que a dimensão e a localização das áreas de cedência não apresentam condições para uma boa utilização pública e por se considerar como suficiente o estacionamento já existente, conforme previsto no nº 3 do Artigo 60º do RUE (Regulamento da Urbanização e da Edificação).

Proceder à afixação de edital, pelo período de 10 (dez) dias, por forma a possibilitar a participação de outros proprietários dos lotes constantes do alvará, de modo a salvaguardar o seu direito de oposição escrita, nos termos do nº 3 do Artigo 27º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação), convertendo-se em definitivo a alteração ao alvará, caso tal prazo decorra sem oposição escrita por parte da maioria dos proprietários dos lotes constantes do alvará.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.

l1  
C1

**Nº 30 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de agosto de 2014, acerca do pedido de admissão de comunicação prévia referente à construção de uma moradia unifamiliar e muros, no lote 2 em Samarra, Abrantes, requerido por Francisco Manuel Lopes Rodrigues – Soc. Unipessoal. – 224/08

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da admissão de comunicação prévia, nos termos das alíneas c) e d) do nº 3, conjugadas com o nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2007.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.



**Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de agosto de 2014, acerca do licenciamento de construção de arrecadação, em Monte Galego, Alvega, Abrantes, requerido por Maria Joaquina Almirante Gaspar. – 638/07

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença de construção de arrecadação, nos termos da alínea b) do nº1 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2001, não obstante essa caducidade se operar, ao abrigo da redação do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, automaticamente e por força da lei ("ope legis"), de modo a que a interessada possa dispor de audiência prévia, como o vieram a determinar as posteriores redações do mesmo regime jurídico.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.

21

**Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de agosto de 2014, acerca do licenciamento de obras referente à construção de uma moradia unifamiliar, em Concavada, Abrantes, requerido por Tiago Filipe Nunes Bispo – 279/05

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença, nos termos do nº 5 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2007, conjugado com o nº 3 a) do mesmo artigo.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.



**Nº 33 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de agosto de 2014, acerca do licenciamento de reconstrução e alteração de um edifício, em Alvega, Abrantes, requerido por Mestre & Carvalho, Lda. – 83/07

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença de reconstrução e alteração de um edifício, nos termos da alínea d) (ou mesmo alínea a)) do nº3 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação de 2001, não obstante essa caducidade se operar, ao abrigo da redação do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, automaticamente e por força da lei ("ope legis"), de modo a que a interessada possa dispor de audiência prévia, como o vieram a determinar as posteriores redações do mesmo regime jurídico.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.

21

✓

**Nº 34 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 11/2014 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 08 de agosto de 2014, acerca da operação de loteamento com obras de urbanização, no gaveto da Rua da Indústria/Rua Padre Jaime Oliveira, em Alferrarede, Abrantes, requerido pro Solar Azul – Imobiliária Urbanismo e Construção, Lda. – 679/06

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença da operação de loteamento com obras de urbanização, nos termos do nº5 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, com base nos factos previstos pela alínea b) do nº1 do mesmo artigo.

Promover audiência prévia de ambos os interessados: a empresa "Solar Azul – Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda." e o coproprietário, Primitivo de Jesus Lourenço.

Proceder à anulação da Garantia Bancária nº 059-43.01315-6 da "Caixa Económica Montepio Geral", até ao montante de 95.412,85€, emitida em 14 de maio de 2008 e prestada pela empresa "Solar Azul – Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda.", após decorrido o prazo de audiência prévia sem que os interessados contestem, fundamentalmente, este sentido de decisão, com argumentos que imponham a reversão do mesmo.

Podem os interessados pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.



**Nº 35 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 263/2014 CM do Serviço de Fiscalização Municipal da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 20 de agosto de 2014, que remete para aprovação, o auto de vistoria para efeito de receção definitiva, relativo às obras de Urbanização do Loteamento com o alvará nº 13/93, 5ª Fase, aditamento ao alvará de 07/09/1999, processo nº 1172/99, em nome de Condoal – Sociedade de Construções de Abrantes, Lda., sito em Chainça, Abrantes, freguesia de S. Vicente, do Município de Abrantes, requerido por Isatel – Sociedade de Construções, Lda. – 1172/99

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a receção definitiva das obras de urbanização, nos termos do artigo 50º do Decreto-Lei nº 448/91, de 29 de novembro, na sua redação, conferida pelo Decreto-Lei nº 334/95, de 28 de dezembro.

el  
ck

Proceder à libertação da garantia bancária, nº 00030001058880019, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, em 29 de julho de 1999, de acordo com o nº 4 do artigo 24º do Decreto-Lei nº448/91, de 29 de novembro, na redação do Decreto-Lei nº 334/95, de 28 de dezembro, alterado pela Lei nº26/96.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.



**Nº 36 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente à informação nº 14/2014 CD do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de agosto de 2014, acerca da alteração ao alvará de loteamento nº 12/90, sito na Quinta do Bom Sucesso, em Alferrarede, Abrantes, requerido por Cremildo Marques Alexandre. – 382/07

**Deliberação:** Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Declarar a caducidade da licença referente à alteração do Alvará de Loteamento (cujo deferimento havia sido deliberado a 15.09.2009), nos termos do nº 2 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 177/2001, de 04 de junho (aplicável ao procedimento decorrido em função da data da sua instrução ainda que, de acordo com essa versão do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, tal caducidade se operasse automaticamente — “ope legis” - por força da lei).

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 15 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Transmitir ao interessado que tal pronúncia decorre ainda da deserção do procedimento instruído pelo seu representante legal, Dr. João Viana Rodrigues, nos termos do Artigo 111º do Código do Procedimento Administrativo.

Informar que o sentido de decisão converter-se-á em definitivo, caso não ocorra durante o prazo de audiência prévia, contestação devidamente fundamentada que contribua para a reversão do mesmo.

Deverá o Serviço de Fiscalização Municipal efetuar participação atualizada quanto a quaisquer edificações existentes em qualquer dos lotes, cuja construção não esteja devidamente regularizada.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.

21  
OK

**Nº 37 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, João Gomes,** referente a uma informação do Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 29 de agosto de 2014, no âmbito do licenciamento de alteração a operação de loteamento com o alvará 4/2003, para o lote 4, sito na Rua 25 de Abril, Cimo da Aldeia, São Facundo, Abrantes, requerido por Herdeiros de Francisco Maria Alves Alfaiatinho, na sequência do período de audiência prévia concedido na reunião de 19 de novembro de 2013, em que o interessado (representante da herança) demonstrou interesse no levantamento do aditamento ao alvará de licença. – 167/08

**Deliberação:** Por unanimidade, conceder, excecionalmente, o prazo máximo de 30 (trinta) dias, para completa regularização do licenciamento, consubstanciada no levantamento do aditamento do alvará de licença e no pagamento das taxas devidas.

Findo esse prazo, sem que esta orientação seja cumprida, será convertido em definitivo, o sentido da decisão anteriormente deliberado.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, para proceder em conformidade.



## **Divisão de Serviços Urbanos**

**Nº 38 - Proposta de Deliberação da Câmara,** remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 29 de agosto de 2014, que aprovou o pedido de apoio da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Pentecostal, para a realização de um almoço convívio, no dia 31 de agosto de 2014, no Parque de Merendas do Aquapolis Margem Norte.

Solicitaram ainda, a disponibilização da chave de acesso às instalações sanitárias e do ponto de energia elétrica do referido local, bem como, a isenção de taxas associadas à realização do evento. - 185339

Em anexo, informação da DSU – Divisão de Serviços Urbanos, que informa que o local não está sujeito a taxas, que as instalações sanitárias estão abertas ao público e que não existe ponto de energia no local, apenas uma arrecadação e que a requerente se disponibilizou a utilizar um gerador elétrico próprio.

Tratando-se de competência da câmara municipal, mas não podendo este órgão reunir extraordinariamente, exerceu a Presidente da Câmara essa competência, sujeitando esse ato a ratificação, nos termos do disposto no n.º 3 do artº 35 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



---

### **Encerramento da Reunião**

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Câmara declarou a reunião encerrada pelas onze horas e quarenta e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

#### **A PRESIDENTE DA CÂMARA**



#### **A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO**

